

Desmatamento da Floresta Amazônica

A Amazônia é o maior remanescente florestal tropical no mundo e é considerado um vital componente na manutenção dos serviços ecossistêmicos globais (Constanza et al., 1998).

A Amazônia é também a mais biodiversa região do planeta com muitas espécies ainda por serem descritas. Nas últimas décadas a Amazônia tem sido desmatada para o desenvolvimento de agronegócios, pecuária, produção de soja, etc. (Fearnside, 2001; 2005).

Agregado a estes fatores primários de desmatamento tem ainda transporte e infra-estrutura, corte seletivo da madeira, fogo, etc. Resultado de toda esta pressão é observado no contínuo desmatamento da região Amazônica.

Desde 1980, a taxa de desmatamento da Amazônia tem estado entre 18.000 e 30.000 km² por ano com os picos de desmatamento nos períodos de 1993/4 e 2003/4 (Margulis 2004).

As estatísticas oficiais de desmatamento da Amazônia (Ministério do Meio Ambiente) mostram um desmatamento médio de 20.115 km² por ano entre os anos de 1995 e 2005 (desvio padrão de 4.858 km²).

Um padrão largamente disseminado foi a utilização da área do tamanho de Bélgica (30.528 km²) para reportar o desmatamento anual da Amazônia. Estes dados representam a mais alta taxa anual de desmatamento da Amazônia (29.059 km² em 1995).

A previsão de redução do desmatamento é sem dúvida uma boa notícia. Mas, a redução da taxa em si não é o mais importante para o debate sobre o que vem sendo feito da floresta.

Cerca de 16.000 Km² foram desmatados entre os meses de abril de 2004 e maio de 2005 e o governo ainda não é capaz de dizer qual é a qualidade desse desmatamento – para que ele foi realizado qual é o percentual legal ou não e qual é o retorno que ele tem para a sociedade.

Qualificando o Desmatamento na Amazônia - Todo ano, o anúncio da taxa do desmatamento Amazônico, representada na figura simbólica de um estado brasileiro ou país europeu, causa espanto na sociedade.

Os jornais anunciam, a academia condena, a sociedade se indigna, o governo se defende. A culpa é colocada no mercado, no agronegócio, na pecuária e nas políticas descontraídas de órgãos governamentais, na grilagem de terra.

Mas a taxa de desmatamento em si, talvez não seja o dado mais acertado para se evoluir no debate. Para tanto, é preciso que o governo não só anuncie a taxa de desmatamento por estado e agregada para Amazônia, mas qualifique-a.

O desmatamento deve ser avaliado à luz do código florestal e do ordenamento territorial **para saber o quanto do total desmatado foi ilegal e o quanto foi necessário.** É preciso que se discrimine o quanto do desmatamento foi gerado por grilagem de terra, dentro de unidades de conservação, ou legalmente conduzido para atividades produtivas.

Também é preciso saber quais são as **responsabilidades estaduais e federal em relação ao que foi derrubado.**

Assim, seria mais fácil orientar ações específicas relacionadas à regularização fundiária, ao destino de áreas devolutas, à fiscalização e controle, à valorização da floresta como alternativa econômica,

ao mercado de serviços ambientais, à certificação da produção agro-florestal e à adoção de melhores práticas de cultivo.

O esforço de qualificar o desmatamento tem sido feito por algumas instituições e disponibilizados para a população através da mídia. No entanto, é prioritariamente do governo a responsabilidade de apresentar um relatório analítico sobre a taxa de desmatamento, repassando para a sociedade informações qualificadas, oficiais e transparentes.

O foco excessivo da discussão somente sobre o valor da taxa pode nos privar de um debate mais produtivo e o resultado será, somente, o espanto anual.

Luiz Antonio Batista da Rocha –Eng. Civil – Consultor em Recursos Hídricos – Auditor Ambiental –
rocha@mdbrasil.com.br – www.outorga.com.br – www.rochaoutorga.hpg.com.br